



COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

CNPJ: 00.624.964/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)							DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro por ação básico e diluído)				
ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013	Nota explicativa	2014	2013	
CIRCULANTES				CIRCULANTES				RECEITA LÍQUIDA	16	2.114.057	1.792.445
Caixa e equivalentes de caixa	4	252.896	155.494	Fornecedores	10	710.840	1.272.468	CUSTO			
Contas a receber	5	893.714	1.283.607	Obrigações contratuais	11	493.277	655.689	Custo dos produtos vendidos	18	(1.989.566)	(1.699.326)
Créditos contratuais	6	518.440	715.724	Obrigações trabalhistas	12	2.630	1.992	Custo dos serviços de construção	18	(46.905)	(14.225)
Estoques		400	226	Impostos a recolher		1.227	6.666	LUCRO BRUTO		77.586	78.894
Impostos a recuperar	7	11.144	6.557	Dividendos a pagar	14.4	11.314	11.311	(DESPESAS) RECEITAS			
Outros créditos		765	650	Convênio Eletrobras	13	31.214	13.384	Despesas gerais e administrativas	18	(24.608)	(21.753)
Total dos ativos circulantes		1.677.359	2.162.258	Outras contas a pagar		759	607	Outras receitas (despesas)	18	4	(1.330)
NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		1.251.261	1.962.117	LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		52.982	55.811
Contas a receber	5	1.957.793	-	NÃO CIRCULANTES				RESULTADO FINANCEIRO			
Créditos contratuais	6	1.000.981	47.991	Fornecedores	10	1.950.491	-	Receitas financeiras	19	336.094	97.196
Intangível	8	182.413	144.087	Impostos diferidos	20.1	391.300	193.137	Despesas financeiras	19	(317.503)	(86.275)
Diferido	9	5.048	5.902	Obrigações contratuais	11	1.008.283	47.366	Total		18.591	10.921
Outros créditos		495	6	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	70.781	167	LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		71.573	66.732
Total dos ativos não circulantes		3.146.730	197.986	Convênio Eletrobras	13	36.577	49.157	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
TOTAL DOS ATIVOS		4.824.089	2.360.244	Total dos passivos não circulantes		3.457.432	289.827	Impostos diferidos	20.1	(19.846)	(16.722)
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14			Impostos correntes		(764)	(1.150)
				Capital social		92.889	89.782	Total	20.2	(20.610)	(17.872)
				Reservas de lucros		11.348	8.129	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		50.963	48.860
				Dividendos adicionais propostos		11.159	10.389	LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS - R\$)		0,7184	0,6888
				Total do patrimônio líquido		115.396	108.300				
				TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.824.089	2.360.244				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendo mínimos obrigatórios por ação)							DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido		2014	2013
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013		81.019	2.579	7.008	6.200	96.806	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	50.963	48.860
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(6.200)	(6.200)	Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.860	RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	50.963	48.860
Capitalização de reservas	14.1	8.763	-	(7.008)	-	(1.755)			
Constituição de:									
Reserva legal	14.2	-	2.443	-	-	(2.443)			
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	3.107	-	(3.107)			
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,4393 por ação)	14.4	-	-	-	-	(31.166)			
Dividendos adicionais propostos	14.5	-	-	-	10.389	(10.389)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		89.782	5.022	3.107	10.389	108.300			
Pagamento de dividendos	14.5	-	-	-	(10.389)	(10.389)			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.963			
Capitalização de reservas	14.1	3.107	-	(3.107)	-	-			
Constituição de:									
Reserva legal	14.2	-	2.548	-	-	(2.548)			
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	3.778	-	(3.778)			
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,4719)	14.4	-	-	-	-	(33.478)			
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,1573)	14.5	-	-	-	11.159	(11.159)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		92.889	7.570	3.778	11.159	115.396			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)									
1 INFORMAÇÕES GERAIS									
A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS Em consequência do contrato assinado com a Amazonas ("Companhia" ou "Cigás") é uma sociedade anônima de Distribuidora de Energia S.A., a Companhia assinou, em economia mista, integrante da administração indireta do dezembro de 2006, com Eletrobras, um Convênio de Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de Cooperação Técnica e Financeira, para viabilizar a direito privado e patrimônio próprio, criada mediante construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota autorização da Lei Estadual no 2.325 de 8 de maio de 1995, explicativa no 13.									
A Companhia tem por objeto social a exploração, com a entrada dos ramais de distribuição de gás para as exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de termoeletricitade e durante o exercício de 2011 a Companhia concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como ampliou o fornecimento de gás para as termoeletricitades de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou Em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia necessárias à distribuição de gás para todo o segmento S.A. e a Eletrobras o terceiro aditivo do contrato de compra e consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxigênio diário contratual, que segue uma curva de volume incremental reductor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras de fornecimento do gás natural até 2014, ano em que fixa o finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. valor de 5,5 milhões de m³ por dia.									
A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir da data de formação da operação da Companhia em relação em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do ao contrato de compra e venda de energia para o segmento termo inicial autorizada pela Lei Estadual no 3.690 de 21 de março, a estrutura de capital da Companhia é alavancada.									
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
A Companhia assinou em 1º de junho de 2006 contrato com a FINANCEIRAS Petrobras, com interveniência da Manaus Energia S.A., 2.1 Declaração de conformidade Eletronorte e Eletrobras, de compra e venda de gás natural, o As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e pronunciamientos, as orientações e interpretações emitidas quinhentos mil) metros cúbicos por dia de gás canalizado. pelo Comitê de Pronunciamientos Contábeis (CPC) e Assinou nesta mesma data, contrato de fornecimento de gás aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e natural para geração termelétrica, com a Amazonas as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que Distribuidora de Energia S.A., com interveniência da incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e Petrobras, Eletronorte e Eletrobras, pelo prazo de 20 anos, 11.941/09.									
com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos 2.2 Base de elaboração									

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações são apresentadas em reais - R\$ - a moeda funcional da Companhia.

2.4. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste

material dentro do próximo exercício estão relacionadas, mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o ativo diferido até sua total amortização, vide nota explicativa no 9. principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada método de juros efetivos, acrescidos de multa por 9.

por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; inadimplências.

3.5 Provisões

(ii) vida útil do ativo imobilizado; (iii) provisão para riscos O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo As provisões são reconhecidas para obrigações presentes trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) realização de créditos fiscais amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de eventos passados, em que seja possível estimar diferidos; (iv) perda estimada em créditos de liquidação juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

duvidosa; e (v) divulgação de instrumentos financeiros; as que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de possível por parte da Administração da Companhia, ou, quando apropriado, por um período menor, para o cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

eventualmente apresentar variações em relação aos dados e 3.1.3.2. Baixa de passivos financeiros

relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, valores reais. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou de caixa. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios reconhecidas no período em que as estimativas são financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é econômico requeridos para a liquidação de uma provisão revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. reconhecida no resultado do exercício.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.4 Valor justo dos instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com

3.6 Distribuição de dividendos

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) transação em que não há favorecidos. O conceito de valor é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiros mensurados a valor justo por meio de justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as somente é provisionado na data em que são aprovados de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da informações de mercado disponíveis e metodologias acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua considerável é necessário para interpretar informações de efetiva aprovação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas 3.7 Apuração do resultado e reconhecimento da receita categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de financeiros possuírem características similares aos que devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e seriam obtidos se fossem negociados no mercado. outras deduções similares, se houver.

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um 3.7.1 Venda de produtos derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que efeito material nos valores de realização estimados. As A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e operações com instrumentos financeiros estão apresentadas seguintes condições forem satisfeitas:

recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; utilizando-se o método de juros efetivos, acrescido de multa valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, por inadimplência, deduzidos de qualquer perda por redução contas a receber, créditos contratuais, fornecedores e do valor recuperável. A receita de juros e multa são obrigações contratuais.

• A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

reconhecidas através da aplicação de taxas efetivas.

Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a

• O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

No caso da Companhia compreende:

comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os • insumos utilizados na medição em três grandes níveis, • resumido como segue:

Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

i) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os • contas bancárias de livre movimentação e por aplicações insumos utilizados na medição em três grandes níveis, • valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou Nível 1. Mercado Ativo: utilização dados observáveis no • considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um mercado; montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um Nível 2. Sem Mercado Ativo: técnica de avaliação com certos

3.7.2 Receita e custo de construção

insignificante risco de mudança de valor, os quais são dados utilizados com preços cotados de ativos similares; e reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não não observáveis. Para 31 de dezembro de 2014 a mensuração do valor justo A Interpretação Técnica - ICPC 01 – “Contratos de Concessão” dos instrumentos financeiros da Companhia foi classificado

3.7.2 Receita e custo de construção

ii) Contas a receber e créditos contratuais

na categoria de nível 2.

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando 3.2 Estoques Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de demonstrações financeiras, ajustados por perdas estimadas, realização.

3.7.2 Receita e custo de construção

3.3 Intangível

Os montantes a receber são registrados com base nos Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços valores nominais e não são ajustados a valor presente por pelo concessionário como parte do contrato de concessão do de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na apresentarem vencimento de curto prazo e por não serviço público de distribuição de gás combustível canalizado prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado. A apresentarem um efeito relevante nas demonstrações (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela margem de construção adotada é estabelecida como sendo prestado), de acordo com as disposições das Resoluções do igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Conselho Federal de Contabilidade nos 1.003/10, 1.261/09 e Companhia é a distribuição de gás canalizado; (ii) toda receita

3.1.2 Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para 1.318/10 que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos de construção está relacionada com a construção de infra- identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceira a de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização construção da infra-estrutura com partes não relacionadas.

3.7.3 Receitas e despesas financeiras

reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. quando aplicável.

3.7.3 Receitas e despesas financeiras

A Companhia não opera com instrumentos financeiros A Administração decidiu por amortizar linearmente o ativo de construção, vide nota explicativa no 16 e 18. intangível até o final da concessão - janeiro de 2040 - de 3.7.3 Receitas e despesas financeiras

3.1.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos vide nota explicativa no 8.

3.7.3 Receitas e despesas financeiras

3.4 Diferido

são aplicáveis à Companhia - ou “Outros passivos Os valores constantes no ativo diferido representam gastos demonstrado na nota explicativa no 19.

3.1.3.1 Outros passivos financeiros

pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no 3.8 Avaliação do valor recuperável dos ativos período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados Os ativos não circulantes são avaliados anualmente para

3.8 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os outros passivos financeiros (incluindo Convênio em 10 anos pelo método linear. De acordo com a Lei no 11.941 identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, Eletrobras, fornecedores e outras contas a pagar) são de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no sempre que eventos ou alterações significativas nas

circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser representadas por aplicação de CDB e operação recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente compromissada do Banco do Brasil S.A. de curto prazo, das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu remuneração à taxa média de 99,5% do CDI. As aplicações de valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em possui alta liquidez sem risco de variação significativa do uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é principal e rendimentos quando do resgate.

5 CONTAS A RECEBER

	31/12/2014	31/12/2013
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	2.816.422	1.253.549
Breitener Tambaqui S.A.	32.940	28.584
Outros	2.145	1.474
Total	2.851.507	1.283.607
Circulante	893.714	1.283.607
Não circulante (a)	1.957.793	-

3.9 Imposto de renda e contribuição social
3.9.1 Corrente

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

3.9.2 Diferidos

Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa no 20.

3.9.3 Incentivo fiscal do imposto de renda

Conforme Laudo Constitutivo no 060/2011 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia goza de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido até o ano calendário de 2021. De acordo com a CPC 07 (R1) "Subvenção e Assistência Governamentais", este incentivo fiscal, categorizado como incentivo para investimento, deve ser reconhecido no resultado do exercício, a crédito da despesa de imposto de renda e, ao final do exercício social, o mesmo valor será transferido da conta de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal).

3.10 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício Corrente

No exercício corrente, a Companhia considerou as diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

- Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos. Os ajustes do CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.

- Alterações ao CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. As alterações do CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.

- Alterações ao CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge. As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias.

- IFRIC 21 - Tributos. O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo, a interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.

A Companhia avaliou todas as novas normas acima resumidas e não identificou efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	117.865	35.179
Aplicações financeiras	135.031	120.315
Total	252.896	155.494

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, são

(a) Conforme mencionado na nota explicativa no 5.1 os valores a receber relativos ao acordo de confissão de dívida celebrados entre a Petrobras e a Amazonas Energia foram classificados como ativo não circulante correspondente às parcelas 12a à 120a.

O saldo do contas a receber está representado pela seguinte composição por idade de vencimento e não contempla a confissão de dívida mencionada no item acima devido à Cigás não ter assinado a Confissão de Dívida (ver nota no 5.1):

Clientes	vencido (dias)					Total
	a vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	117.960	131.850	129.337	122.292	2.314.983	2.816.422
Breitener Tambaqui S.A.	-	-	-	-	32.940	32.940
Outros	2.145	-	-	-	-	2.145
Total	120.105	131.850	129.337	122.292	2.347.923	2.851.507

As contas a receber de clientes incluem valores vencidos no final do exercício, para os quais a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que é representado por valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e está atrelado ao saldo de pagamento junto à Petrobras, vide nota explicativa no 10. A Administração considera a qualidade do crédito e não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. Devido as características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, onde o contrato de compra de gás é conexo ao contrato de venda para as térmicas, os valores a pagar para a Petrobras estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e da Breitener Tambaqui S.A.

O valor a receber no montante de R\$ 32.940 junto ao cliente Breitener Tambaqui S.A. também está vinculado ao pagamento a ser efetuado à Petrobras. A Companhia está em processo de cessão desse crédito para a Petrobras, ver nota explicativa no 23.d.

Em 31 de dezembro de 2014 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso ("Confissão de Dívida") entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia") sem a participação da Cigás, referente a cessão dos créditos previsto na cláusula 10.7.2 dos contratos de compra e venda de gás celebrados entre a Petrobras, a Cigás e a Amazonas Energia. De acordo com a Confissão de Dívida o valor total a pagar pela Amazonas Energia para a Petrobras totalizou R\$ 3.257.366, sendo R\$ 2.942.445 de principal e R\$ 314.921 de encargos divididos em 120 parcelas mensais e consecutivas atualizadas pela SELIC e vencendo a primeira em 20 de fevereiro de 2015. O valor da parcela seguiu a ordem: valor de R\$ 13.572 da 1ª até 36ª parcelas e R\$ 32.961 da 37ª até 120ª

8 INTANGÍVEL

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Ship or pay - transporte	1.299.857	653.680
Direito de retirada de gás	86.369	47.991
Créditos contratuais	67.029	24.646
Take or pay - commodity	64.025	36.994
Margem contratual	2.141	404
Total	1.519.421	763.715
Circulante	518.440	715.724
Não circulante (a)	1.000.981	47.991

6 CRÉDITOS CONTRATUAIS

	31/12/2014	31/12/2013
Ship or pay - transporte	1.299.857	653.680
Direito de retirada de gás	86.369	47.991
Créditos contratuais	67.029	24.646
Take or pay - commodity	64.025	36.994
Margem contratual	2.141	404
Total	1.519.421	763.715
Circulante	518.440	715.724
Não circulante (a)	1.000.981	47.991

(a) Conforme mencionado na nota explicativa 5.1, os valores a receber em 2014 relativos ao acordo de confissão de dívida celebrado entre a Petrobras e a Amazonas Energia foram classificados para o não circulante que corresponde às parcelas 12a à 120a.

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diárias de gás. Caso este volume não seja atingido, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação, durante os 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2014, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de compra, e dessa forma a Companhia registrou no grupo/conta "créditos contratuais"/"créditos contratuais" o montante de R\$ 38.378 (Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 24.646) a ser recebido do cliente, tendo como contrapartida a conta "obrigações de fornecimento de gás" no passivo no grupo "obrigações contratuais" no montante de R\$ 85.745 para 31 de dezembro de 2014, vide nota explicativa no 11. A Companhia também registrou no passivo no grupo "obrigações contratuais"/"obrigações contratuais" o saldo a pagar relativo ao gás não retirado da Petrobras, ver nota explicativa no 11.

Conforme mencionado na nota explicativa no 1, em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis mensais menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o final deste exercício. Para 31 de dezembro de 2014, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo mensal de compra e, dessa forma, a Companhia registrou nos grupos/contas "créditos contratuais" ("take or pay – commodity", "ship or pay – transporte" e "magem contratual"), o montante de R\$ 1.462.265 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 691.078) a ser recebido do cliente.

7 IMPOSTOS A RECEBER

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.431	4.203
COFINS	1.466	1.795
PIS	303	390
Antecipação CSLL	1.914	-
Outros	30	169
Total	11.144	6.557

8 INTANGÍVEL

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	custo	amortização acumulada	valor líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2013	156.234	(11.630)	144.604
Adições	14.238	-	14.238
Amortização	-	(5.535)	(5.535)
Baixa	(10.128)	908	(9.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	160.344	(16.257)	144.087
Adições	47.236	-	47.236
Amortização	-	(6.693)	(6.693)
Baixa	(2.217)	-	(2.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	205.363	(22.950)	182.413

Esses ativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são compostos como segue:

	Taxa média ponderada a.a. - %	31/12/2013	Adições	Transferência	Amortização	Baixa	31/12/2014
Tabulações	5,20	126.646	883	36.088	(6.444)	(2.178)	154.995
Máquinas e equipamentos	11,67	5.298	377	(660)	(202)	-	4.813
Móveis e utensílios	6,67	578	20	-	(24)	-	574
Software	20,00	228	243	-	(19)	-	452
Veículos e equipamentos de transporte	9,7	97	-	-	(4)	-	93
Obras em andamento	11,240	45.431	(35.428)	-	(39)	21.204	28.208
Estoque de imobilizado	-	282	-	-	-	-	282
Total		144.087	47.236	-	(6.693)	(2.217)	182.413

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços

Públicos de Gás Combustível Canalizado celebrado em 18 de parcelas 12a à 120a. novembro de 2002 entre o Poder Concedente e a Companhia O contrato de compra e venda de gás entre a Companhia e a (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, Petrobras estabelece a vinculação dos valores a receber junto a regulamentação dos serviços públicos de à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. com os valores a distribuição de gás canalizado pela Companhia, onde: pagar junto à Petrobras S.A.

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Extinta a concessão, reverterem ao poder concedente todos os bens e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, previsto na cláusula 20, do contrato de concessão; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido no contrato de concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

11 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2014	31/12/2013
Take or pay - commodity	77.820	33.329
Ship or pay - transporte	1.270.597	593.340
Obrigações contratuais	67.398	25.015
Obrigações de fornecimento de gás	85.745	51.371
Total	1.501.560	703.055
Circulante	493.277	655.689
Não circulante (a)	1.008.283	47.366

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, dívida celebrados entre a Petrobras e a Amazonas Energia a Administração entende que estão atendidas as condições foram classificados para o passivo não circulante para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – correspondente às parcelas 12a à 120a.

Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a Em 2006 a Companhia assinou contrato de compra e venda contabilização de concessões de serviços públicos aos seus de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras que estabelece, na cláusula nona,

De forma a refletir o negócio de distribuição de gás um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este canalizado, o ativo intangível, em virtude da sua recuperação, volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à está condicionado à utilização do serviço público, neste caso, Petrobras a diferença entre o valor mínimo contratual e o do consumo de gás canalizado pelos consumidores. O contrato ainda assegura o direito

A infra-estrutura construída da atividade de distribuição que de recuperação de parte do volume durante o ano contratual e estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da a outra parte do volume durante os 60 meses do prazo Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de consumidores (emissão do faturamento mensal da medição compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) apurados pela diferença entre o volume efetivamente parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. de concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o volume Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa. mínimo de compra não atingido pela Companhia foi de R\$

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos 38.378 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 25.015) e, desta investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao forma a Companhia registrou no passivo no grupo/conta término da concessão, 31 de janeiro de 2040, atualizado "obrigações contratuais" a obrigação junto à Petrobras, tendo monetariamente conforme os critérios especificados no como contrapartida a conta "direito de retirada de gás" no Contrato de Concessão. ativo no grupo "créditos contratuais" o montante de R\$

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não 86.369 para 31 de dezembro de 2014, vide nota explicativa no há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem 6. A Companhia também registrou no ativo no grupo/conta realizados ao Poder Concedente. "créditos contratuais" o saldo a receber da Amazonas Energia

A Companhia iniciou suas operações em dezembro de 2010 relativo ao gás não enviado à Amazonas Energia, ver nota e, a partir desse mês também iniciou a amortização do explicativa no 6.

8.1 Análise do valor recuperável dos ativos

Com base nas análises efetuadas, a Companhia não estabelece níveis menores de volumes contratados e identificou evidências que requerem ajustes para perda repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o final deste exercício. Para 31 de dezembro de 2014, o volume mínimo de compra não atingido pela

exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Companhia relativo à parcela do transporte (ship) e da molécula (commodity) monta R\$ 1.348.417 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 626.669).

9 DIFERIDO

	31/12/2014	31/12/2013
Custo	8.533	8.533
Amortização acumulada	(3.485)	(2.631)
Total, líquido	5.048	5.902

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear de acordo com a Lei no 11.941 de 2009.

10 FORNECEDORES

	31/12/2014	31/12/2013
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	2.656.632	1.269.031
Confab Industrial S.A.	1.964	167
Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.	143	378
Outros	2.592	2.892
Total	2.661.331	1.272.468
Circulante	710.840	1.272.468
Não circulante (a)	1.950.491	-

(a) Conforme mencionado na nota explicativa no 5.1 os valores a pagar relativos ao acordo de confissão de dívida da matriz energética do Estado do Amazonas, com a celebrados entre a Petrobras e a Amazonas Energia foram utilização do gás natural em substituição aos combustíveis classificados para o passivo não circulante correspondente às líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição

do consumo de óleo combustível e a consequente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

Os valores aportados pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras serão devolvidos a partir de parte da receita futura da venda de gás da Companhia para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento dos Ramais Termelétricos pelos usuários, uma parte é cedido à Eletrobras durante o período de 96 meses, desde o início da operação comercial.

A Administração, com base nas estimativas de venda de gás, assim como no valor da tarifa, estabeleceu estimativas de pagamentos futuros considerando o prazo contratual de 96 meses a partir do início da operação – 1o dezembro de 2010 até novembro de 2018. Considerando o fluxo de caixa total do Convênio assim como as estimativas de pagamento futuro, a taxa efetiva estimada em dezembro de 2014 foi de 10,02% a.a. A estimativa das futuras cessões de parte da receita e consequentemente a taxa efetiva calculada são revisadas mensalmente pela Administração com base nos consumos reais e no contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e nos repasses das parcelas devidas à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

A movimentação do saldo do convênio está composta da seguinte forma:

	Circulante	Não circulante	total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	16.671	71.982	88.653
Baixa de encargos provisionados	(3.824)	-	(3.824)
Encargos pagos	(10.439)	-	(10.439)
Transferências	22.825	(22.825)	-
Amortizações	(11.849)	-	(11.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	13.384	49.157	62.541
Juros provisionados	10.610	-	10.610
Encargos pagos	(2.276)	-	(2.276)
Transferências	12.580	(12.580)	-
Amortizações	(3.084)	-	(3.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	31.214	36.577	67.791

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
14.1 Capital social e mutação

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 92.889 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 89.782).

	31 de dezembro de 2014 e de 2013			
	Quantidade de ações	preferenciais	total	capital integralizado
ordinárias				2013
11.586.617	47.292.322	58.878.939	77.102	74.525
12.059.540	-	12.059.540	15.787	15.257
Outros	5	-	5	-
Total	23.646.162	47.292.322	70.938.484	92.889

Conforme atas de Reunião do Conselho de Administração realizadas nos dias 27 de dezembro de 2013 e 5 de novembro de 2014, o capital foi aumentado em R\$ 8.763 e R\$ 3.107, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal do lucro da exploração, vide nota explicativa no 14.3.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social; e
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2014 a Companhia constituiu o montante de R\$ 2.548 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 2.443) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

14.3 Reserva de incentivo fiscal

Conforme mencionado na nota 3.9.3 a parcela correspondente ao incentivo fiscal apurado no exercício foi transferida para a reserva de incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2014 o valor desse incentivo foi de R\$ 3.778 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 3.107).

14.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a

legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	50.963	48.860
Constituição de reserva legal	(2.548)	(2.443)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(3.778)	(3.107)
Reinvestimento	-	(1.755)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	44.637	41.555
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	33.478	31.166
Total de ações ordinárias e preferências	70.938.484	70.938.484
Dividendos mínimos obrigatórios por total de ações (ordinárias e preferências) - em R\$	0,4719	0,4393

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.602
Dividendos adicionais propostos de 2012	6.200
Pagamento de dividendos mínimos e adicionais relativos a 2012	(24.802)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2013	31.166
Pagamento de dividendos intermediários relativos a 2013	(19.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.311
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2013	10.389
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2013	(10.389)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	33.478
Pagamento de dividendos relativos a 2013	(11.311)
Pagamento de dividendos intermediários relativos a 2014	(22.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.314

Em 15 de agosto de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos intermediários de R\$ 22.164 relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

14.5 Dividendos adicionais propostos

A Administração decidiu em 2014, ad referendum da Assembleia Geral, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 11.159 relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e classificou esses dividendos dentro do patrimônio líquido. Em 11 de abril de 2014 o Conselho de Administração aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração relativos ao exercício de 2013 no montante de R\$ 10.389.

15 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para riscos cíveis - Reman	70.538	-
Honorários de êxito	243	167
Total	70.781	167

A movimentação está abaixo demonstrada:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2012	317
Reversão de provisão para risco trabalhista	(157)
Atualização do honorário de êxito	7
Saldo em 31 de dezembro de 2013	167
Constituição de provisão	76
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	67.905
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	2.633
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70.781

15.1 Trabalhista e cíveis

A PCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada pela Cigás para realizar a construção da obra dos ramais para fornecimento de gás natural para as indústrias localizadas no distrito industrial. Entretanto, devido a problemas para conclusão das obras, a Companhia solicitou o distrato do contrato em outubro de 2012. Devido à interrupção do contrato, os funcionários da PCCM se sentiram lesionados, principalmente, pelas demissões, moveram ações trabalhistas e cíveis que montam o total de R\$ 1.104 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 1.196), nos quais a Cigás é ré subsidiária da PCCM. A Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, consideraram como possível a perda nestas causas e não constituíram provisão.

15.2 Honorários de êxito

A Companhia se defende de autos de infração movidos pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social - PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, os quais são considerados indevidos pela Administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos. Os honorários advocatícios

sobre esses processos foram acordados com os assessores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do auto, caso a Companhia obtivesse êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Administração e dos seus assessores jurídicos classificarem tais causas como possível de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2014 montam R\$ 243 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 167).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária, cível e trabalhista no montante de R\$ 7.789 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 7.252), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são possíveis, não registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

15.3 Ativos contingentes

15.3.1 Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela Cigás para efetuar a construção dos ramais termoelétricos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido a não entrega de tubos adquiridos pela Cigás. A Companhia move uma ação contra a Construtora devido a obrigação descumprida no valor de R\$ 9.322. O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo em fase de execução dos valores. Os consultores jurídicos classificaram esta causa

como provável de ganho. A administração decidiu por reconhecer esse ativo quando do trânsito em julgado.

15.3.2 Indenização Reman

A Companhia move uma ação de indenização contra as empresas Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras Reman no montante de R\$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da Petrobras para a Petrobras Reman, desconsiderando a exclusividade da Cigás para fornecimento de gás no estado do Amazonas.

Em 19 de agosto de 2014 a Petrobras efetuou um depósito de R\$ 63.191, através de ordem judicial, como forma de indenizar a Cigás. Adicionalmente, a Companhia vem recebendo desde setembro de 2014 o lucro cessante mensal com base no volume fornecido pela Petrobras S.A. à Petrobras Reman. O montante total recebido em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 67.905. Como o processo ainda cabe recurso, a Companhia optou por provisionar este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). Em 31 de dezembro de 2014 o saldo deste processo devidamente atualizado é de R\$ 70.538.

16 RECEITA LÍQUIDAS

	2014	2013
Receita Bruta		
Receita com venda	1.573.810	1.328.740
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay e margem	704.097	625.922
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	46.905	14.225
Total da receita	2.324.812	1.968.887
(-) Deduções:		
PIS sobre vendas	(37.595)	(31.150)
COFINS sobre vendas	(173.160)	(145.292)
Total das deduções	(210.755)	(176.442)
Receita líquida	2.114.057	1.792.445

17 COMPROMISSOS

Para compromissos relativos à compra e venda de gás, vide notas explicativas nos 6 e 11.

18 DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26(R1), está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2014	2013
Aquisição de gás	(1.358.900)	(1.138.729)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	(46.905)	(14.225)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay	(623.985)	(556.182)
Amortização do intangível e do diferido	(7.547)	(6.389)
Despesas com pessoal	(13.776)	(12.184)
Serviços de terceiros	(5.153)	(3.652)
Aluguéis	(1.076)	(1.258)
Despesas gerais	(2.142)	(2.324)
Serviços públicos	(353)	(317)
Vigilância	(752)	(721)
Material de uso e consumo	(317)	(315)
Impostos e taxas	(11)	(282)
Outros	(158)	(56)
Total	(2.061.075)	(1.736.634)
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos	(1.989.566)	(1.699.326)
Custo dos serviços de construção	(46.905)	(14.225)
Despesas gerais e administrativas	(24.608)	(21.753)
Outras receitas (despesas) operacionais	4	(1.330)
Total	(2.061.075)	(1.736.634)

19 RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receita por recebimento em atraso	319.277	92.825
Rendimento de aplicação financeira	14.535	4.157
Outras receitas financeiras	2.282	214
Total de receitas financeiras	336.094	97.196
Juros por pagamento em atraso	(306.476)	(82.397)
Encargos Eletrobras	(10.696)	(3.810)
Outras despesas financeiras	(331)	(68)
Total de despesas financeiras	(317.503)	(86.275)
Total do resultado financeiro	18.591	10.921

A receita por recebimento em atraso e os juros por pagamento em atraso referem-se basicamente ao reconhecimento de juros pelo não recebimento no prazo das faturas emitidas para o cliente Amazonas Energia assim como pelo não pagamento das faturas do fornecedor Petrobras relativa à operação conexa de compra e venda de gás, conforme mencionado nas notas explicativas nos 1, 5 e 10.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

20.1 Diferido

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	2.876 (*)	167
Provisão para perda de crédito	9.311	9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	1.164	950
Total das provisões temporárias	13.351	10.428
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Impostos diferidos sobre provisões temporárias	4.539	3.546

(*) Refere-se a R\$ 243 relativo a provisão para pagamento de honorários advocatícios de êxito e R\$ 2.633 relativo à atualização da provisão para riscos fiscais, vide nota explicativa nº 15.

Passivos

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos diferidos		
PIS e COFINS (A)	350.502	172.185
IRPJ e CSLL sobre ajustes de RIT (B)	1.572	1.253
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	43.765	23.245
Total	395.839	196.683
(-) Ativo	(4.539)	(3.546)
Imposto diferido líquido	391.300	193.137

(A) A Companhia constituiu tributos diferidos calculados sobre os lucros e receita não realizados nas operações de distribuição de gás para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. de acordo com o artigo no 409 do decreto 3.000 de 26 de março de 1999 e com o artigo nº 7 da Lei nº 10.833/03.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativa a ajustes oriundos do regime tributário de transição normatizado pela Secretaria da Receita Federal que disciplinou a tributação das novas normas contábeis advindas da Lei no 11.638/07 e dos consequentes pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. O ajuste foi relativo a diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível conforme nota explicativa no 8.

Na constituição dos impostos diferidos ativos e passivos foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros) e a alíquota incentivada de 15,25% para aqueles que afetam tanto o lucro real quanto o lucro da exploração.

Resultado

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	2014	2013
Constituição de imposto de renda e contribuição social ativo	993	273
Constituição de imposto de renda e contribuição social passivos	(20.839)	(16.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	(19.846)	(16.722)
PIS e COFINS diferidos passivos	(178.317)	(125.481)
Total de tributos diferidos registrados no resultado	(198.163)	(142.203)

O PIS e COFINS diferido foram registrados na demonstração

do resultado do exercício no montante de R\$ 178.317 (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 125.481) na linha de deduções de vendas que compõe a receita líquida.

20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.573	66.732
Alíquotas nominais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	(24.335)	(22.689)
Incentivo fiscal do lucro da exploração	3.778	3.107
Outros	(53)	1.710
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(20.610)	(17.872)

Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13) Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas aos padrões brasileiros aos padrões internacionais (IFRS).

A Administração analisou os impactos tributários dos novos dispositivos e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração optou pela aplicação antecipada de seus dispositivos no ano calendário de 2014.

21 PARTES RELACIONADAS

21.1 Remuneração da administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é representada abaixo:

Descrição	2014	2013
Honorários e encargos sociais	816	788

A Companhia não propicia a seus administradores benefícios de pós-emprego, de longo prazo nem plano de opção de ações. Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

22 COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
	R\$	
Responsabilidade civil de administradores	10.000	01/10/2015
Responsabilidade civil geral	25.000	10/12/2015
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	76.928	11/12/2015

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa no 4.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Devido às características das operações da Companhia a mesma concentra mais de 99% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 6 termelétricas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que

elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	31 de dezembro de 2014	Até 1 ano	Entre 1 e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	2.678.405	-	-	-	2.678.405
Convênio Eletrobras	31.214	18.289	18.288	67.791	67.791
	2.709.619	18.289	18.288	2.746.196	

Conforme notas explicativas nos 1, 5 e 11, devido a características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, onde o contrato de compra de gás é conexo ao contrato de venda para as termelétricas, os valores a pagar para a Petrobras estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e da Breitner Tambaqui S.A.

e) Gestão do risco de capital

	31/12/2014	31/12/2013
Dívida de convênio (-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	67.791	62.541
	(252.896)	(155.494)
Dívida líquida	(185.105)	(92.953)
Patrimônio líquido	115.396	108.300
Índice de avanço financeiro - %	-160%	-86%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa no 14).

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2014 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprova em 27 de março de 2015.

durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as projeções do mercado. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-contratual restante dos passivos financeiros não derivativos chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados seriam positivos.

	Saldos	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Aplicações financeiras		queda do CDI	(1.418)

Para expectativa do saldo das aplicações financeiras ao final do exercício foi considerado as taxas futuras da SELIC de 10,50%, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano.

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

24 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	2014	2013
Capitalização de reservas	14.1	3.107	8.763
Provisão para pagamento de dividendos	14.4	33.478	31.166
Provisão para pagamento de dividendos adicionais	14.5	10.389	6.200

25 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem a posição patrimonial e financeira e as aprova em 27 de março de 2015.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014 e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
- Foram verificadas, também, as propostas para destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A base de cálculo dos dividendos do exercício de 2014 é de R\$ 44.636.993,56 (Quarenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), composto da seguinte forma: I) O montante de R\$ 33.477.745,17 (Trinta e três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), é correspondente a 75% do lucro líquido do exercício, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no Art. 29 do Estatuto Social e no disposto no Art. 202 da Lei 6.404/76, dos quais R\$ 22.163.943,52 (Vinte e dois milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) já foram pagos em 12/09/2014, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 25/08/2014. O saldo do lucro não distribuído, correspondente aos 75% do lucro do exercício, no montante de R\$ 11.313.801,67 (Onze milhões, trezentos e treze mil, oitocentos e um reais e sessenta e sete centavos), a Diretoria Executiva constituiu provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. II) O montante de R\$ 11.159.248,37 (Onze milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), a Diretoria Executiva constituiu fundo de reserva de retenção de lucro, correspondente a 25% do lucro do exercício. A Assembleia Geral Ordinária deverá se manifestar sobre a destinação desta reserva retida, conforme § 1º do Art.29 do Estatuto Social. Constatou-se que as propostas retro mencionadas, referendada na Reunião do Conselho de Administração, de 27 de março de 2015, não causarão prejuízo aos acionistas e permitem ajustar a estrutura de capital da Companhia ao seu nível de investimento. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das propostas formuladas pelo Conselho de Administração, incluindo as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014.

Manaus, 31 de Março de 2015.



Deloitte Brasil Auditores
Independentes Ltda.
Avenida Tancredo Neves 450
Edif. Suarez Trade - 29º andar
41.520-020 - Salvador - BA
Tel: + 55 (71) 2103-9400
Fax: + 55 (71) 2103-9440
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS

Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

i) Até a data de emissão do nosso relatório, não recebemos a carta resposta de circularização do cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Adicionalmente a resposta da carta de confirmação de saldo recebida do fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras apresenta saldo a menor em relação ao saldo contábil no montante de R\$ 3.327 mil o qual não foi conciliado entre as partes. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos de contas a receber, dos créditos contratuais, de fornecedores e obrigações contratuais da Companhia para 31 de dezembro de 2014, seus possíveis efeitos no resultado do exercício findo para aquela data e a adequação das respectivas divulgações e notas explicativas.

ii) Até a data de nosso relatório não recebemos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, a carta de confirmação do saldo de convênio Eletrobras. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos de convênio Eletrobras registrado contabilmente no passivo circulante e não circulante no montante total de R\$ 67.791 mil em 31 de dezembro de 2014.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para opinião com ressalvas", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Amazonas - Cigás em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para notas explicativas nºs 5, 6, 10 e 11, que mencionam o fato que em decorrência das características das operações da Companhia a mesma concentra 99% de suas vendas para um único cliente - Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), - assim como 100% das aquisições de gás são realizados com um único fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Nesse sentido, os valores significativos consignados no contas a pagar à Petrobras são decorrentes da não liquidação definitiva do contas a receber da Amazonas Energia, nos termos dos contratos firmados entre as partes. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

Salvador, 27 de março de 2015

DELOITTE BRASIL

Auditores Independentes Ltda.

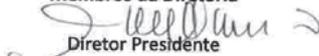
CRC nº 2 SP 000164/O-4 "F" BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador

CRC-BA nº 015.640/O-3

Membros da Diretoria


Diretor Presidente
Lino José de Souza Chixaro

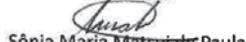


Diretor Administrativo e Financeiro
José Ricardo dos Santos Neto



Diretor Técnico e Comercial
Clovis Correia Junior

Contadora


Sônia Maria Matsui de Paula
CRC: AM 006311/O-5

Membros do Conselho de Administração

Heraldo Beleza Câmara

Lino José de Souza Chixaro

Anibal Guedes Lobo

Hermano Darwin Vasconcellos Mattos

William George Barrington